

# Apoio Técnico Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF para o contexto das Insegurança Alimentar e Nutricional

Dezembro - 2025

GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
*Secretaria de Trabalho,  
Assistência e Desenvolvimento Social*





# Quem somos nós?



Cyntia Figueira Grillo

**Secretaria de Trabalho, Assistência e  
Desenvolvimento Social**



Fernanda Mota Gonçalho

**Subsecretaria de  
Desenvolvimento e  
Assistência Social**



Mara Tesch  
**Gerente da PSB**

## Equipe GPSB



Nara Coelho  
**Economista**



Camila Felsky  
**Psicóloga**



Karla Souza  
**Assistente Social**

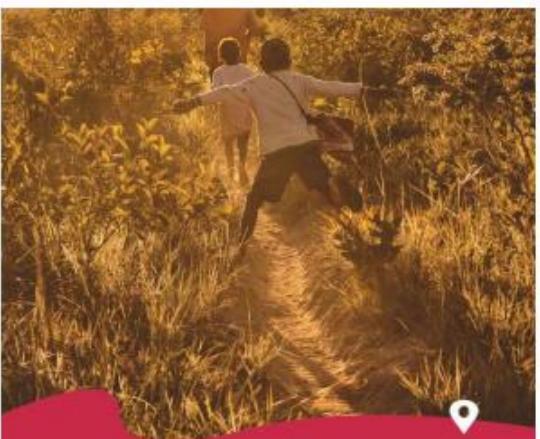


Síria Santos  
**Assistente Social**

Acesse o material através do QRCode abaixo:



1. Mapa Conceitual para iniciar a Trilha: Bases do Trabalho Social com famílias e territórios



4. Chegando ao final da Trilha: a síntese da experiência



2. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a busca pela articulação dos Sistemas de Políticas

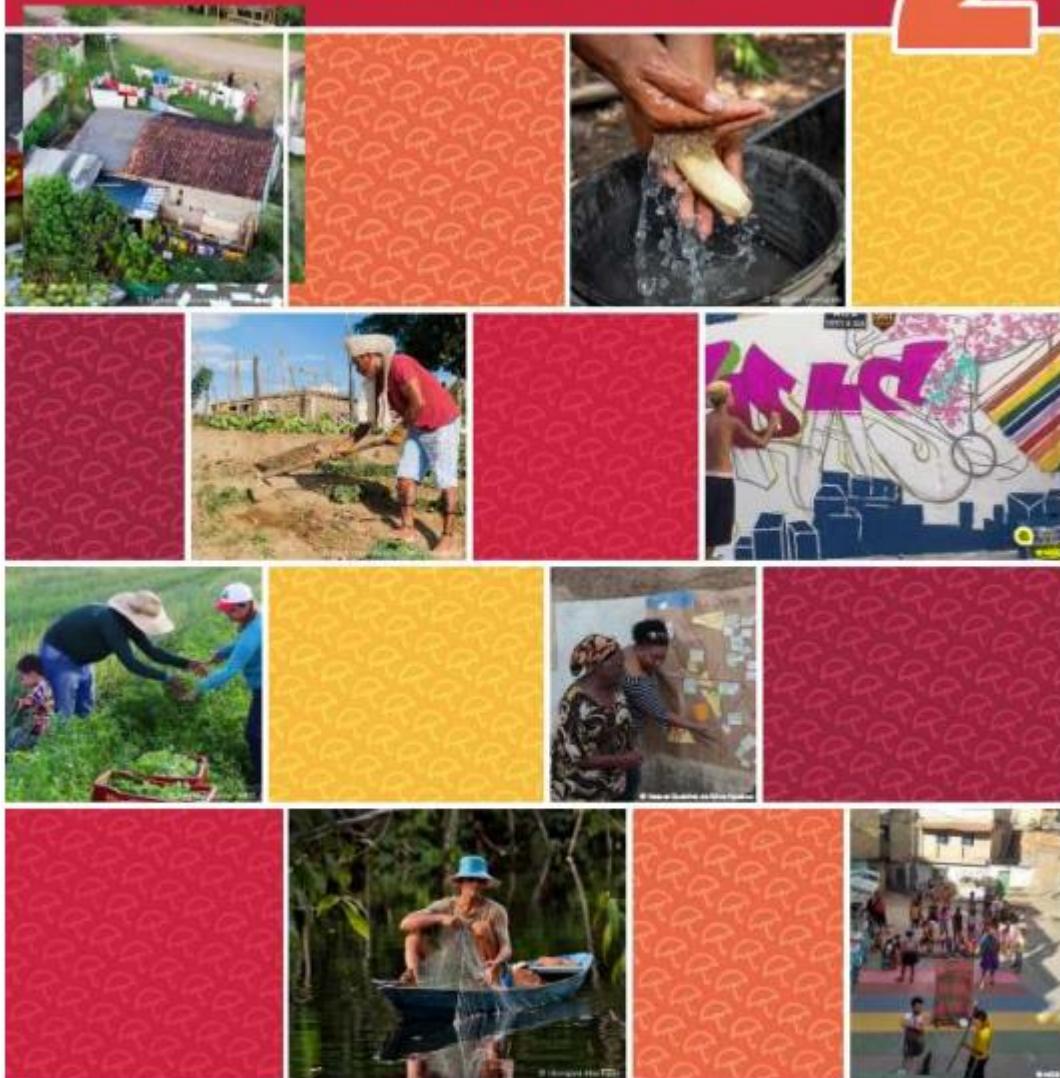


3. Passos da Trilha: desafios e oportunidades

## TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS NO PAIF

Trilha para o contexto da Insegurança Alimentar e Nutricional

2



unicef para cada criança



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL  
BRAZIL  
UNIR E RECONSTRUIR

# CADERNOS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA – TRILHAS DO PAIF/CRAS

- 01** CONTEXTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 
- 02** CONTEXTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR
- 03** PREVENÇÃO À VIOLENCIA DOMÉSTICA
- 04** PRIMEIRA INFÂNCIA NO PAIF
- 05** PREVENÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
- 06** CONTEXTO DAS VULNERABILIDADES RELACIONAIS
- 07** PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- 08** DIMENSÃO COLETIVA PAIF E PAEF
- 09** ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CRAS



Para iniciarmos  
nossos diálogos



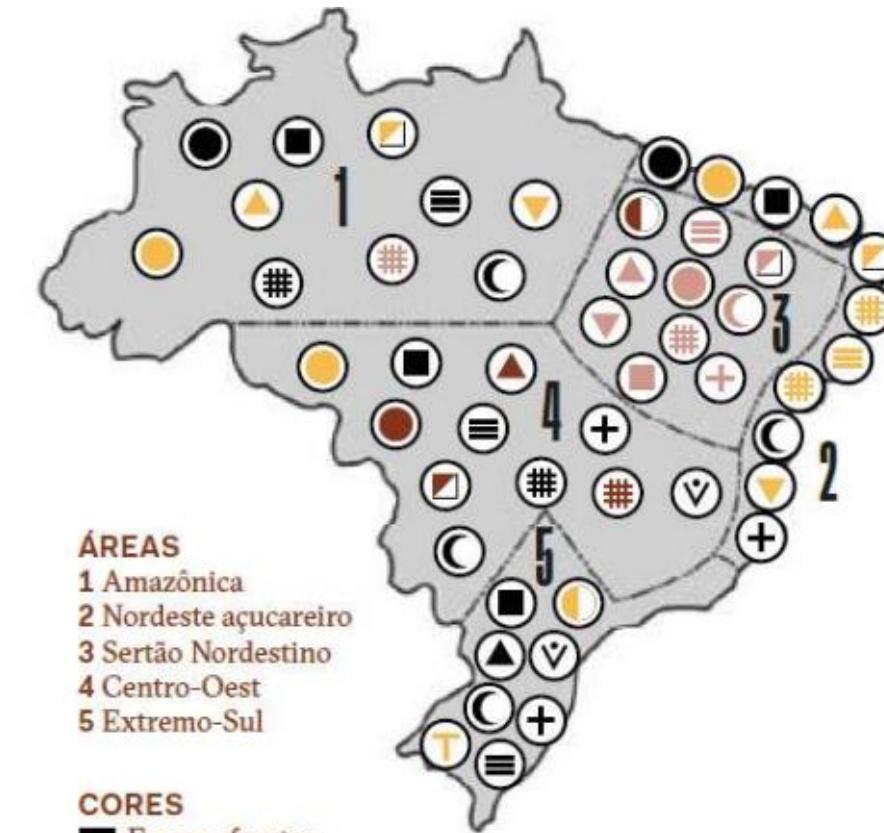
A fome chega na assistência social desde sempre. As respostas a essa demanda têm sido construídas ao longo do tempo, primeiro pela provisão de cestas básicas e depois via transferência de renda. No sentido de construir respostas mais adherentes aos princípios do SUAS, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) vem constatando a importância de fortalecer o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e a proteção social nos territórios, atualizando as orientações para a atuação nesse tema.

*"Passei no Frigorífico para pegar os ossos. No início eles nos dava linguiça. Agora nos dá osso"*

*"...Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir. Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos a espera de compradores. As moscas sujam o bacalhau. Então o bacalhau apodrece e os atacadistas jogam no lixo, e jogam creolina para o pobre não catar e comer. Os meus filhos nunca comeu bacalhau. Eles pedem: – Compra, mamãe! Mas comprar como! a 180 o quilo. Espero, se Deus ajudar-me, antes deu morrer hei de comprar bacalhau para eles."*

(Trechos do Livro Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus)

- Josué de Castro e o perfil geográfico e populacional dos esfomeados. Décadas 30 e 40
- Fome como fenômeno multifacetado (econômico, político, social, cultural, ambiental...)



#### ÁREAS

- 1 Amazônica
- 2 Nordeste açucareiro
- 3 Sertão Nordestino
- 4 Centro-Oeste
- 5 Extremo-Sul

#### CORES

- Formas frustas
- Formas típicas casos esporádicos
- Formas típicas crises epidêmicas
- Formas típicas endêmicas

#### SÍMBOLOS

- Carências proteicas
- Carências de cálcio sem manifestações de raquitismo
- ▲ Carências de ferro - anemias alimentares
- Carências de cloreto de sódio
- Carências de iodo - bócio cretínico
- ≡ Carências de vitamina A - hemeralopia, xerose, xeroftalmia e queratomalacia
- # Carências de vitamina B1
- ▽ Carências de vitamina B2 - arriboflavinoze
- Carências de ácido nicotínico - pelagra
- + Carências de vitamina C - escorbuto
- T Carências de vitamina D - raquitismo

Mapa da fome de Josué de Castro

- Entre o final de 2020 e 2022 o número de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar severa, ou fome, passou de 9% para 15,5%.
- Em 2022, eram **33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar severa, ou fome.**
- Em 2023, aproximadamente 24,4 milhões de brasileiros superaram a situação de fome.
- Mas 8,7 milhões de pessoas ainda estavam nessa condição de fome, em 2023.
- A urgência do tema, a necessidade de pensar e estruturar ações intersetoriais entre SUAS, SISAN e SUS (Portaria 25, de 2023) para dar conta da complexidade do fenômeno da fome e da insegurança alimentar.

**O que cabe à Assistência Social no que se refere aos fenômenos da fome e da insegurança alimentar e nutricional?**



## **Pressupostos:**

Perspectiva dos direitos, tanto do direito humano à alimentação adequada quanto dos direitos socioassistenciais: seguranças

A fome e a insegurança alimentar como sinais muito evidentes de desproteção: ir além de ação reativa

A amplitude do tema da alimentação e seu caráter intersetorial

## **Perguntas orientadoras:**

- Qual o papel do SUAS e, mais especificamente, da Proteção Social Básica (PSB) no enfrentamento desse problema?
  - Como a Proteção Social Básica pode atuar de forma intersetorial, fortalecendo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?
  - Como o CRAS pode atuar nessa questão, para além da provisão de benefícios eventuais, como a cesta básica?
  - Que respostas o Trabalho Social com Famílias e Territórios pode fornecer a essa demanda e necessidade?

## 1. O papel da Assistência Social frente à demanda de insegurança alimentar

- A Assistência Social deve **defender o direito humano à alimentação adequada**.
- A fome é o **sinal extremo da vulnerabilidade social**, e o SUAS não pode ser indiferente a ela.
- A atuação deve ser guiada por **direitos, intersetorialidade, cidadania e proteção social**.

 Saiba mais, leia as páginas 14 a 21 da Trilha do Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF para o Contexto da Insegurança Alimentar e Nutricional

## Quadro 1: Distinções entre Assistencialismo e Assistência Social

Assistencialismo	Assistência Social
Proteção social não é direito e está na ordem da caridade, sendo algo privado e não garantido pelo Estado	Proteção social é um direito garantido a todos os cidadãos e o Estado tem o dever de prover esses direitos
Não tem definição do que cabe ao Estado, as ofertas não são tipificadas e são informais, a depender mais da vontade de quem dá do que do direito de quem recebe	Existem legislações, fundamentos, normativas, serviços tipificados, regulação estatal, financiamento e regras de provisão dos benefícios e serviços
As ofertas e provisões são descontínuas, fragmentadas, individualizadas	As provisões são contínuas e existem critérios para definição do público e dos benefícios
Existe uma visão que culpabiliza os pobres, como sendo incapazes, inábeis ou pouco esforçados para saírem de sua condição	Existe uma compreensão das causas estruturais da pobreza e da desigualdade e as estratégias de enfrentamento são coletivas
Foco em soluções paliativas, de curto prazo e embasada na caridade ou nas trocas de favores	Ênfase nas soluções de longo prazo e com base na garantia de necessidades básicas
A base é a meritocracia e a ideia de que existem pobres que "merecem a ajuda do Estado" e pobres que não merecem (pois são preguiçosos ou pouco esforçados)	A base é a concepção de cidadania e de dignidade da pessoa humana

Fonte: elaborado pela consultora



1. Mapa Conceitual para iniciar a Trilha: Bases do Trabalho Social com famílias e territórios

22 Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF

Figura 1: Elementos conceituais do Trabalho Social com Famílias e Territórios



## 2. Fundamentos para o Trabalho Social com Famílias e Territórios (TSFT)

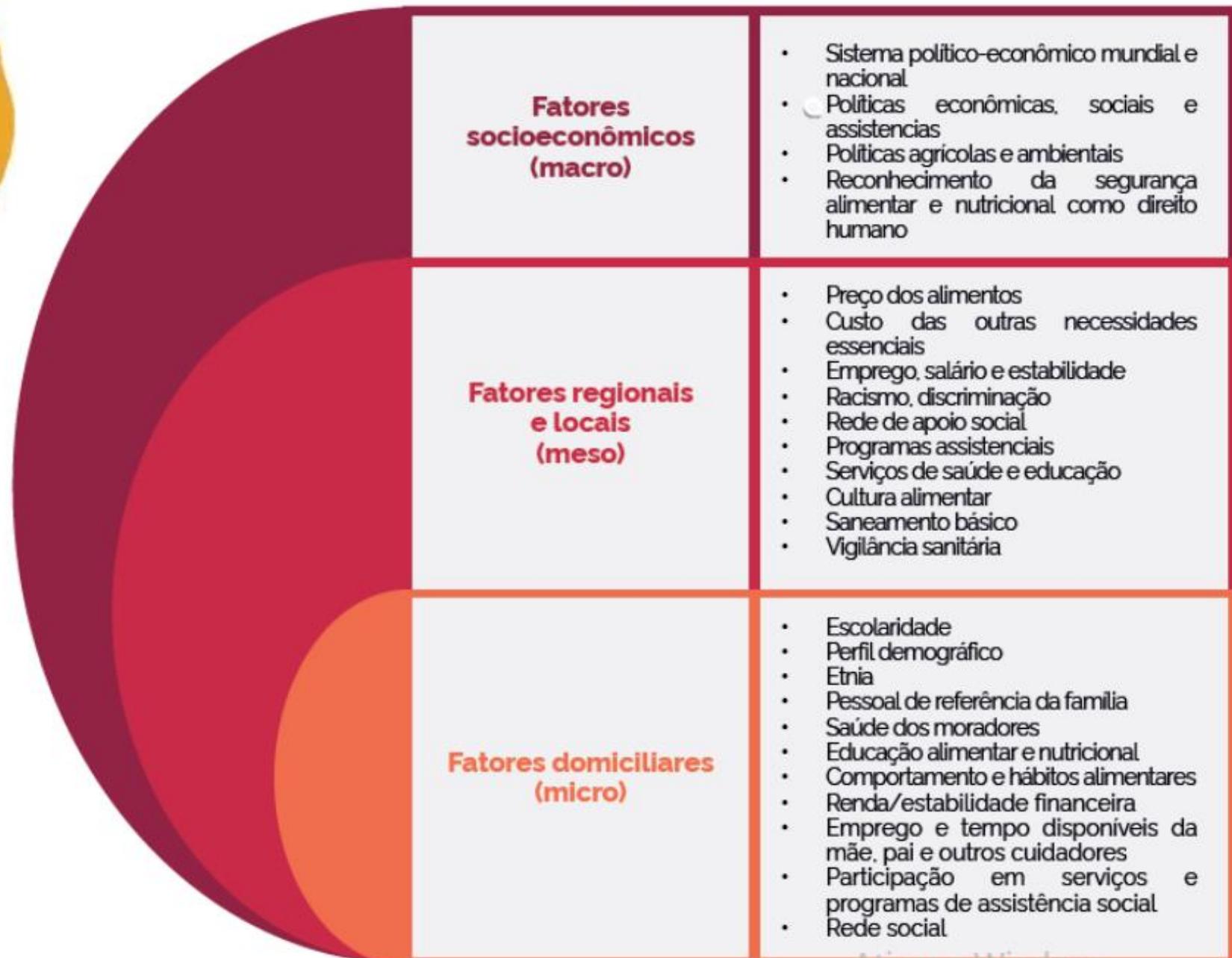
O TSFT se baseia em seis dimensões principais:

- **Vulnerabilidade e riscos sociais** – a fome é a forma mais grave de vulnerabilidade social.
- **Ativos e potencialidades** – Famílias têm recursos (materiais e relacionais) que podem ser fortalecidos.
- **Aspectos imateriais da pobreza** – é preciso reconhecer o sofrimento, a vergonha e os vínculos fragilizados, não apenas a falta de bens.
- **Perspectiva coletiva** – as vulnerabilidades têm origem social e devem ser enfrentadas de forma coletiva.
- **Territórios, redes e capital social** – o território é espaço de vida e de transformação; nele estão os recursos e redes de apoio.
- **Intersetorialidade** – políticas devem agir juntas, trocando informações e construindo soluções integradas.

🔍 Saiba mais, leia as páginas 22 a 51 da Trilha do Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF para o Contexto da Insegurança Alimentar e Nutricional

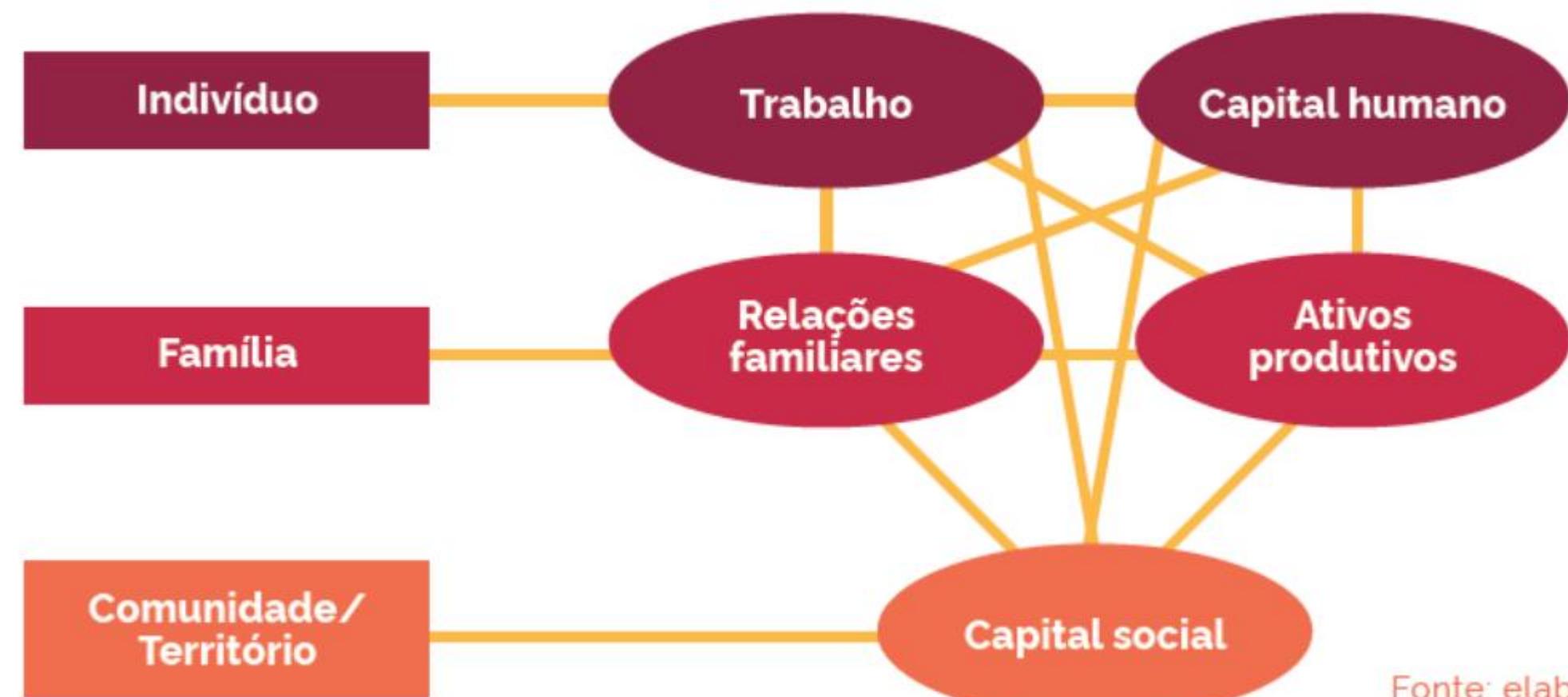


**Figura 2: Determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional**



Fonte: Adaptado do Instrutivo de ações 2024

**Figura 3. Tipologia de ativos, segundo Caroline Moser (1998)**



Fonte: elaborado  
pela consultora

**Figura 4: Concepção de ativos, estratégias de respostas e estrutura de oportunidades**



Fonte: elaborado pela consultora

## Figura 5. A dupla condição da pobreza e da vulnerabilidade

Concepção de vulnerabilidade reconhece  
a dupla dimensão da pobreza

A visão dos pobres, pelos setores não pobres, como aqueles que "não sabem" ou "não têm" é uma visão estigmatizada que reproduz desigualdades.

**Privações objetivas:** múltiplas, que se sobrepõem e interagem de forma perversa (círculos viciosos). Pobreza como insuficiência de acesso a ativos materiais e humanos.

**Privações subjetivas:** recursos emocionais e aspectos de natureza psicossocial (valores, comportamentos, atitudes). A fronteira entre o individual (singular, da ordem do sujeito) e o social.

Fonte: adaptado a partir  
de Raczynski, 2002

## Figura 6: Síntese das dimensões imateriais e relacionais presentes nas condições de vulnerabilidade e na política de assistência social



Fonte: elaborado pela consultora

## Quadro 2: Atividades Coletivas e Visão Coletiva

	Foco e Propósito	Temporalidade e Profundidade
Atividades coletivas	Têm objetivos específicos, voltados para troca de experiências ou capacitação. As atividades coletivas são vistas mais como meios para alcance de fins específicos	Ações mais pontuais e focadas em temas ou necessidades específicas das famílias.
Visão coletiva	Forma de olhar e enxergar a realidade, a partir de uma visão sistêmica ou holística e se constitui como um processo constante que busca transformar as relações sociais e a forma como as famílias se veem e são vistas na sociedade. Essa visão leva a ações de mobilização e participação social e a reflexões junto às famílias sobre as causas estruturais das condições de privação que vivenciam.	Abordagem profunda e continua, que leva em conta todo o contexto no qual as famílias vivem e que orienta todas as etapas do trabalho social.

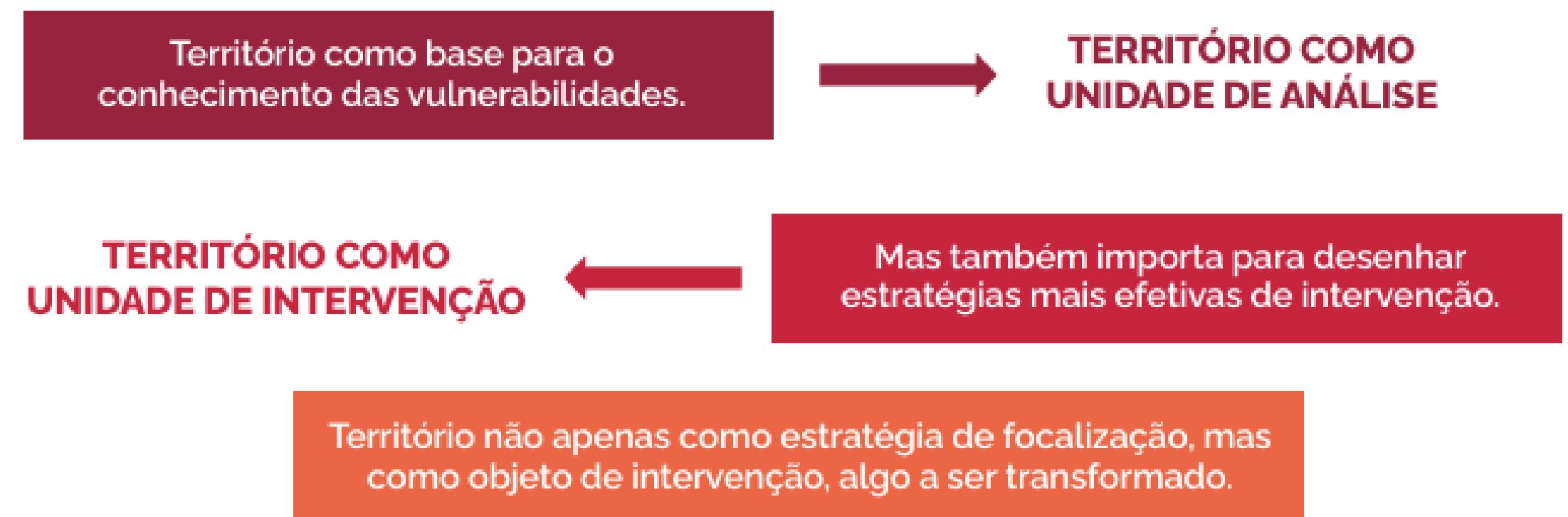
Fonte: elaborado pela consultora

## Figura 7: Comunidade e Infra estrutura social



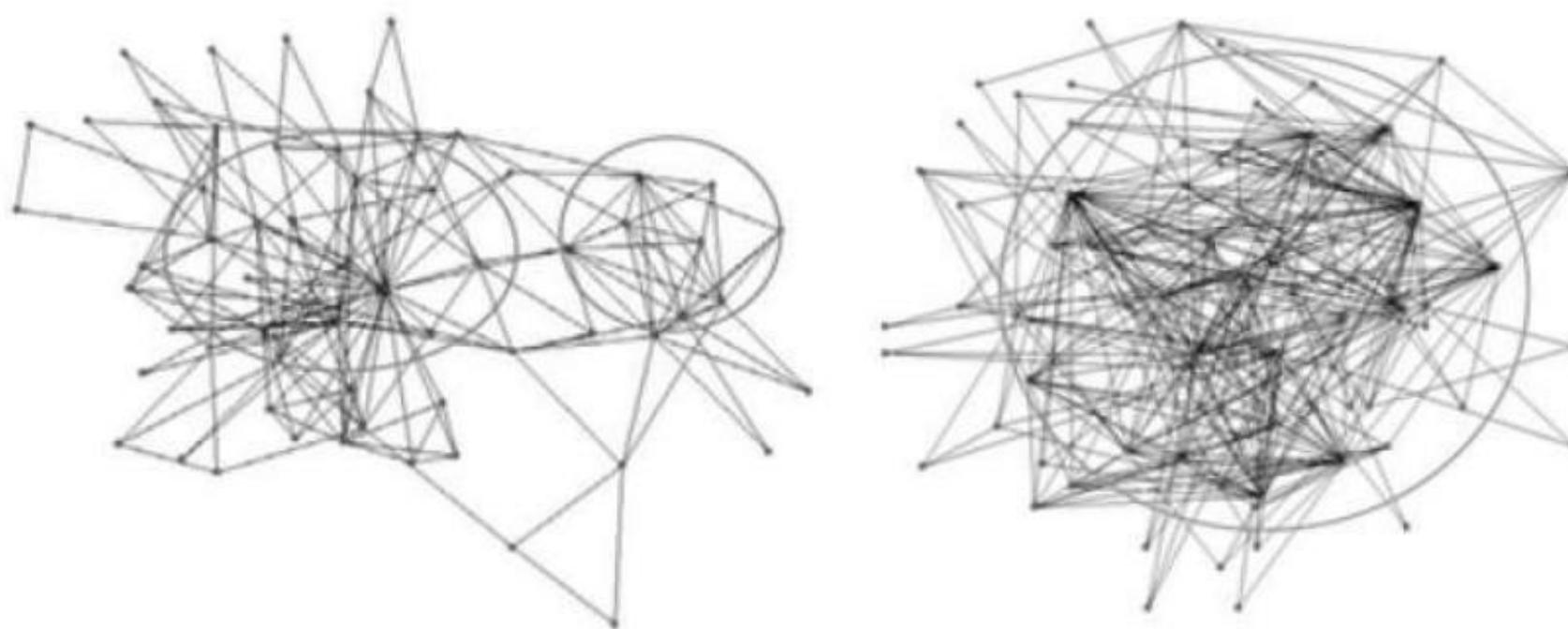
Fonte: elaborado a partir de Richardson e Mumford, 2002

## **Figura 8: Território como unidade de focalização e como unidade de intervenção**



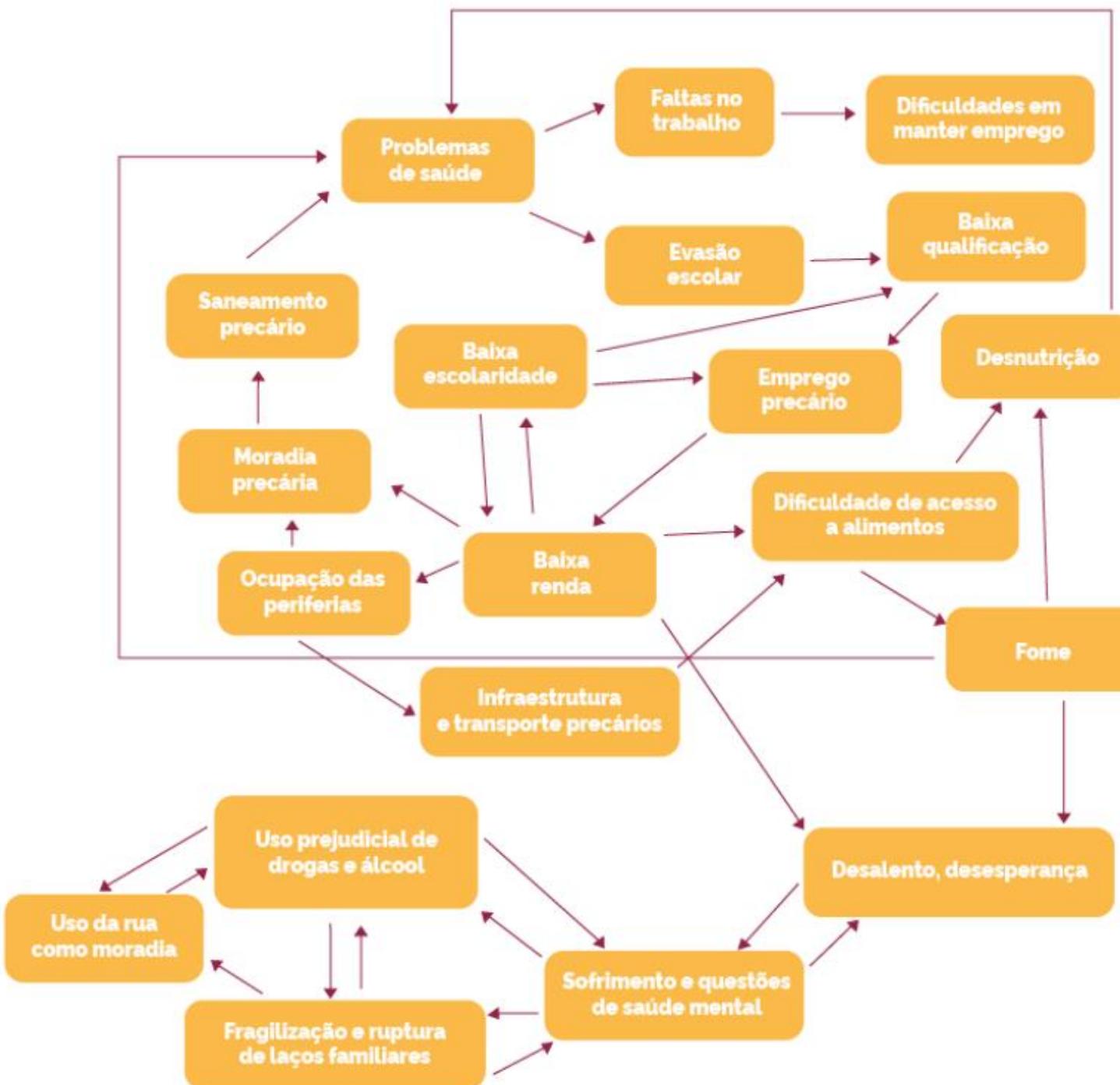
Fonte: elaborada pela consultora

**Figura 9: Sociograma das redes da comunidade antes e após as ações no território**



Fonte: Carpin, 2005, p.88

**Figura 10: Complexidade dos problemas sociais no tema da fome**



**“Não se restringe a colocar junto o que se faz separadamente, mas de fazer algo novo de forma compartilhada”**

**“Resposta conjunta é diferente de um conjunto de respostas”.**

**“Sozinhos somos impotentes”**



2. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a busca pela articulação dos Sistemas de Políticas

Fonte: Instituto Social com Famílias e Territórios no PAIF

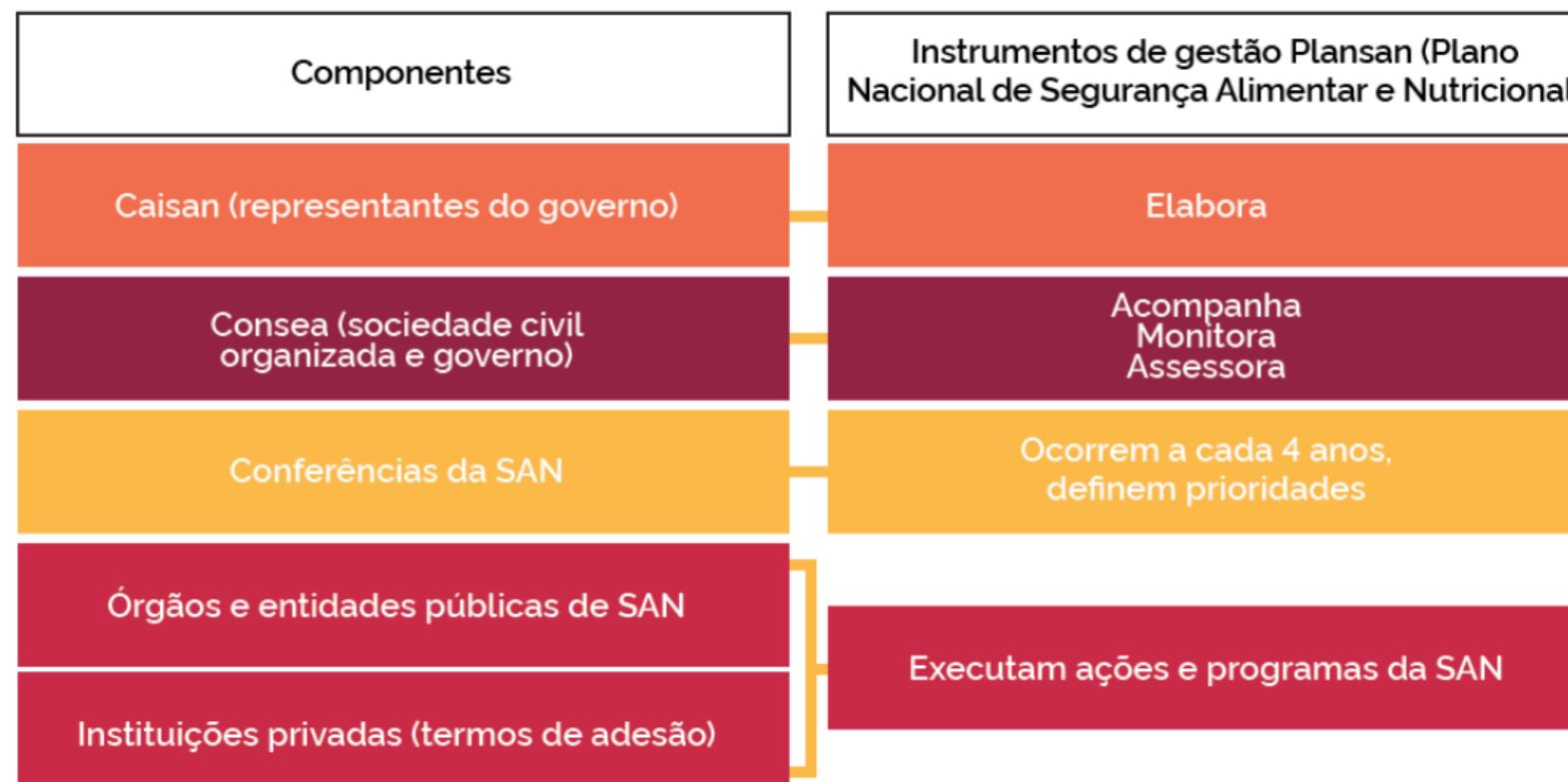
### 3. Conheça a Política de Segurança alimentar

- A segurança alimentar e o direito à alimentação no contexto internacional
- Breve trajetória da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil
- Conceitos e instrumentos da política de segurança alimentar
- Equipamentos de segurança alimentar e nutricional no Brasil

 **Saiba mais, leia as páginas 52 a 65 da Trilha do Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF para o Contexto da Insegurança Alimentar e Nutricional**

#### Figura 11: Componentes da PNSAN

Implementação da PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
Estrutura para o nível federal, estadual e municipal



**Compreender a gramática e os componentes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

sistemas alimentares

*Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)*

*Soberania Alimentar*

Desertos e Pântanos alimentares

**Cozinhas comunitárias**

**Banco de Alimentos**

**Cozinhas Solidárias**

**Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar**

**Restaurantes Populares**

**Formas de identificar o risco à insegurança alimentar e nutricional**



EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

TRIA – Triagem de Risco para Insegurança Alimentar

## *Breves notas sobre a atuação dos Estados, da gestão municipal e das equipes de Proteção Social Básica nas ações de enfrentamento da fome: dois pontos para reflexão e ação*

- Programas de Transferência de Renda para Alimentação: um desafio para o SUAS e para o Sisan
- Ações de repasse de cestas e pecúnia para alimentos, como benefícios eventuais: a perda do caráter extraordinário e o uso indevido de tais benefícios

Como fazer para responder a essa demanda da fome, para que a proteção e o acesso ao direito possam ocorrer da forma mais rápida e efetiva e que não se esgote na provisão de cesta básica? Permitir acesso a alimentos adequados é garantia de direitos. Mas como atuar sem ser uma ação assistencialista, não sustentável e de curto prazo? E como fazer para que essa demanda não seja recorrente, mas que seja mesmo algo eventual? Como atuar de forma a transformar essa realidade?

## 4. Desafios da gestão municipal na implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

- Integração dos **programas de transferência de renda estaduais e municipais com foco na segurança alimentar** com às atribuições do CRAS.
- É essencial **evitar práticas assistencialistas** (como cestas básicas permanentes e como troca de favores).
- Os **benefícios eventuais** devem ser usados para **situações temporárias, de forma rápida, articulada e com critérios públicos**, e concedidos de forma integrada com os serviços socioassistenciais.
- O SUAS deve **atuar junto, mas não substituir** a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Identificar a insegurança alimentar por meios de instrumentos e dispositivos utilizados pelos serviços, tais como conhecimento do território, escuta qualificada, busca ativa e visitas domiciliares, entre outros.

 **Saiba mais, leia as páginas 66 a 69 da Trilha do Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF para o Contexto da Insegurança Alimentar e Nutricional**



**Figura 12: Passos da Trilha, segundo os eixos**



- |   |   |   |   |   |  |
|---|---|---|---|---|--|
| 1 | Diagnósticos: grandes e pequenos números, mapeamento dos ativos dos territórios | 4 | Organização da institucionalidade necessária para a política de segurança alimentar e nutricional | 7 | O que pode ser feito, então?<br>O caminho do TSFT  |
| 2 | A busca ativa: enxergando os grupos mais vulnerabilizados                       | 5 | Mobilizar e articular serviços de saúde, educação e rede socioassistencial nos territórios        | 8 | As atividades possíveis junto às famílias e territórios: Grupos, Ações Comunitárias, Arranjos participativos |
| 3 | Organizar as informações e estruturar o monitoramento compartilhado             | 6 | O ato de comer como produção de vínculos e resistências   |   |  |

## **Passo 1: CONHECER - Vigilância, Lentes, Buscas e a organização da informação para a ação**

- 1 Diagnósticos: grandes e pequenos números, mapeamento dos ativos dos territórios
- 2 A busca ativa: enxergando os grupos mais vulnerabilizados
- 3 Organizar as informações e estruturar o monitoramento compartilhado

### **1. CONHECER**

- Utilizar dados do **CadÚnico**, **CadInsan**, **Prontuário SUAS** para entender o território.
- Fazer **diagnósticos e mapeamentos** dos recursos alimentares e das famílias em risco.
- Realizar **busca ativa**, com destaque para o papel das **equipes volantes**.

## **Passo 2: MOBILIZAR - A mobilização para ampliar a garantia de direitos e enfrentar desproteções sociais no campo da segurança alimentar e nutricional**

- 4** Organização da institucionalidade necessária para a política de segurança alimentar e nutricional
- 5** Mobilizar e articular serviços de saúde, educação e rede socioassistencial nos territórios
- 6** O ato de comer como produção de vínculos e resistências

### **2. MOBILIZAR**

- Envolver **atores locais, movimentos sociais e redes comunitárias**.
- Fortalecer a **governança intra e intersetorial e a participação social**.
- Valorizar a **mobilização comunitária** como forma de emancipação.

### 3. ATUAR

- Acolher e **escutar ativamente** as famílias em situação de fome.
- **Encaminhar** para programas de transferência de renda, saúde e equipamentos de segurança alimentar.
- Garantir **benefícios eventuais em pecúnia** para situações graves.
- **Não cabe ao CRAS** armazenar ou distribuir cestas básicas (exceto em emergências).
- Desenvolver **oficinas, grupos e ações coletivas** que reforcem vínculos e autonomia.

## Passo 3: ATUAR - Quando chega a demanda da fome, a cesta e o gancho

7

O que pode ser feito, então?  
O caminho do TSFT

8

As atividades possíveis  
junto às famílias e  
territórios: Grupos, Ações  
Comunitárias, Arranjos  
participativos

Portanto, se uma família chega ao CRAS e a equipe identifica que se trata de situação de insegurança alimentar grave, garantir o acesso à alimentação precisa ser uma das primeiras ações. Quais as possíveis opções:

- A) Pensando no campo das seguranças socioassistenciais, a primeira ação que cabe à equipe do PAIF é identificar se a família acessa programas de transferência de renda, como Bolsa Família ou outros programas estaduais e municipais e, caso preencha os requisitos, encaminhá-las para inserção;
- B) Identificar se ela é acompanhada pelo SUS e qual seu grau de acesso aos serviços desse sistema;
- C) Identificar se a família conhece ou acessa os equipamentos de segurança alimentar e nutricional existentes no território ou mesmo no município como um todo; e realizar o encaminhamento para equipamentos de SAN que oferecem refeições - cozinhas solidárias, cozinhas comunitárias, restaurantes populares (esses equipamentos precisam ser inseridos no protocolo e estar cientes da demanda). Importante avaliar se a família tem condições de chegar até os equipamentos (acessibilidade, transporte, etc);
- D) A entrega de benefícios eventuais com prontidão. O direito pede urgência!

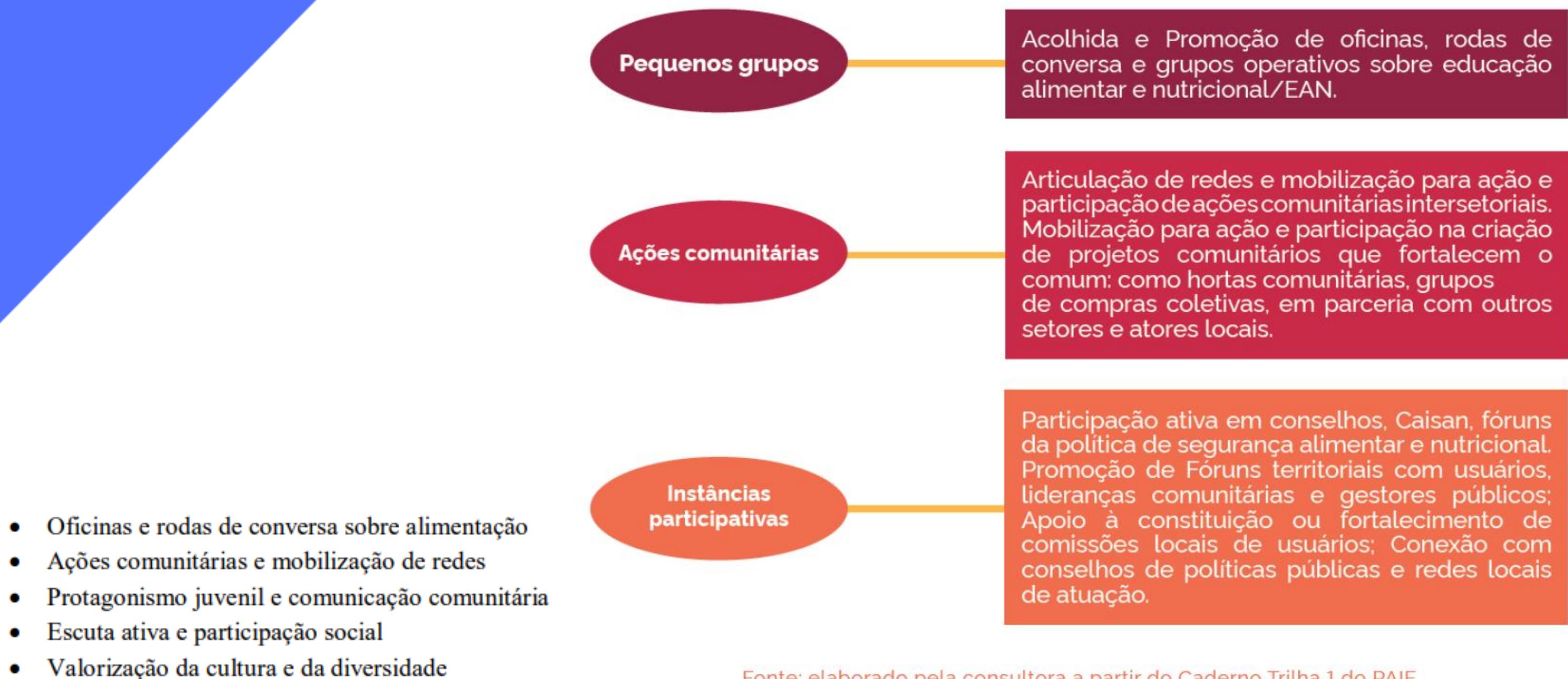
**Transversal:  
Atenção às  
DIVERSIDADES**

## 4. Diversidades e Cultura Alimentar

- O Brasil é diverso em **culturas, modos de vida e hábitos alimentares**.
- As equipes devem:
  - **Conhecer e valorizar práticas alimentares locais.**
  - Respeitar **saberes tradicionais** de povos indígenas, quilombolas e comunidades rurais.
  - Promover **diálogo e confiança** com lideranças e associações locais.

 **Saiba mais, leia as páginas 70 a 106 da Trilha do Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF para o Contexto da Insegurança Alimentar e Nutricional**

## Figura 13: Modalidades de Trabalho Coletivo no âmbito do PAIF



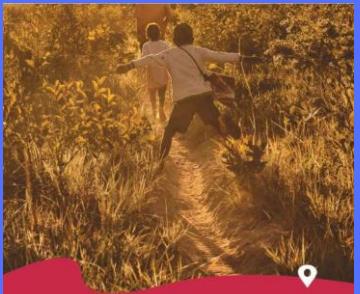
Fonte: elaborado pela consultora a partir do Caderno Trilha 1 do PAIF

**Um lembrete:** A mobilização comunitária acontece quando as pessoas entendem o propósito, são protagonistas e enxergam possibilidades e resultados concretos.

## Quadro 5: Atividades para inspirar

Eixo	Atividades	Objetivos
Pequenos grupos/ Oficinas	Realizar oficinas culinárias intergeracionais (avós e netos, por exemplo) em cozinhas comunitárias, resgatando receitas tradicionais e histórias familiares.	Fortalecer vínculos familiares e comunitários por meio do cuidado com a alimentação e das memórias culturais compartilhadas.
Pequenos grupos/ Rodas de conversa	Promover rodas de conversa sobre alimentação, fome e estratégias de sobrevivência alimentar nos territórios, com mediação de técnicos do CRAS.	Reconhecer e valorizar as estratégias populares de enfrentamento à insegurança alimentar e aproximar o CRAS das realidades locais.
Pequenos grupos/ Grupo Operativo	Realizar um mapeamento coletivo do território, onde as famílias possam identificar famílias com produtores rurais; mapear pontos de venda e produção de alimentos; identificar saberes e práticas culinárias ancestrais, recuperando tradições e receitas.	Identificar os ativos e potencialidades do território, favorecer a troca de saberes sobre os recursos do território, promovendo o reconhecimento e a valorização da comunidade.
Pequenos grupos: Rodas de conversa	Oficinas de Educação Alimentar e Nutricional, sobre temas diversos, com presença de especialistas da saúde ou da segurança alimentar.	Fortalecer capacidades das famílias, promovendo ações, em parceria com outras instituições, no âmbito da Educação alimentar e Nutricional.
Pequenos grupos/ Rodas de conversa	Promover oficina de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Educação Alimentar e Nutricional (EAN), em parcerias com atores locais.	Promover a consciência dos direitos sociais e fortalecer a noção de alimentação como direito e não como caridade.
Pequenos grupos/ Rodas de conversa	Encontros com famílias indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganas ou de terreiros, com rodas de escuta sobre seus modos de vida, desafios e práticas alimentares. Ações podem ser desenvolvidas em outros espaços, para além do CRAS.	Promover respeito à diversidade cultural e fortalecer a presença de grupos minorizados no CRAS.
Pequenos grupos/ oficina	Convidar cozinheiras populares para oficinas com famílias, com foco na sabedoria prática e cultura alimentar local.	Valorizar os saberes populares e promover autoestima das mulheres do território.
Pequenos grupos/ oficina	Oficinas culinárias com foco em reaproveitamento de alimentos e receitas locais.	Promover hábitos saudáveis e autoestima alimentar com base na realidade do território.
Pequenos grupos/ Grupos operativos	Realizar grupos operativos para fomento à criação de microprojetos comunitários de alimentação.	Estimular o protagonismo e a autonomia das famílias acompanhadas.
Pequenos grupos/ Oficinas	Promover oficinas de culinária intercultural, com migrantes e refugiados.	Valorização da diversidade cultural nos hábitos alimentares e integração de novos saberes no território.

Eixo	Atividades	Objetivos
Ações comunitárias/ Reuniões comunitárias	Criar um espaço onde as famílias possam debater questões relevantes que afetam diretamente o território, como "desertos e pântanos alimentares".	Estimular a escuta ativa e o diálogo horizontal, onde todas as vozes sejam ouvidas e levadas em consideração nas decisões e propostas. No final de cada fórum, produzir um documento com as demandas levantadas e propostas de ação.
Ações comunitárias/ mobilização de coletivos/ articulação de redes	Fomentar com as famílias a mobilização para criação de cozinhas solidárias, estimulando a mobilização das entidades presentes no território.	Estimular o protagonismo e a auto-organização comunitária, ao mesmo tempo que cria condições objetivas para o enfrentamento da insegurança alimentar severa e para geração de renda.
Ações comunitárias/ mobilização de coletivos	Apoiar jovens do território na criação de podcasts, vídeos ou redes sociais sobre cultura alimentar local e agroecologia.	Valorizar o protagonismo juvenil e a comunicação popular na defesa da alimentação como direito.
Ações comunitárias/ articulação de redes	Criar, em parceria com cozinhas solidárias e escolas, programas de educação alimentar para crianças e adolescentes do território.	Contribuir para a formação de hábitos saudáveis e para a construção de uma cultura de cuidado com a alimentação desde a infância.
Ações comunitárias/ articulação de redes	Fomentar com as famílias a mobilização para criação de hortas comunitárias em parceria com escolas, UBS e coletivos locais, integrando práticas educativas e de segurança alimentar. Ações de agroecologia e de agricultura urbana.	Estimular o protagonismo comunitário na produção de alimentos e na proteção da biodiversidade local.
Ações comunitárias/ mobilização de coletivos/ articulação de redes	Fomentar com as famílias a mobilização para articulação de grupos de compras coletivas entre famílias acompanhadas, com apoio da rede de cozinhas solidárias e da agricultura familiar local.	Ampliar o acesso a alimentos saudáveis e de baixo custo por meio da solidariedade e organização comunitária.
Ações comunitárias / articulação de redes	Mobilizar e apoiar mutirões para revitalização de cozinhas comunitárias ou criação de cozinhas solidárias, com envolvimento da comunidade e parceiros locais.	Ativar equipamentos públicos de SAN como espaços de encontro, produção e solidariedade no território.
Ações comunitárias/ Eventos comunitários	Organizar em parceria com as demais políticas culturais, feiras de troca de saberes e produtos locais, e exposições que celebrem a cultura local, no que se refere à alimentação. Envolver as famílias na organização do evento, desde a curadoria das atividades culturais até a logística e divulgação.	Reforçar os laços culturais da comunidade, o reconhecimento da diversidade e o fortalecimento da identidade comunitária. Valorizar a cultura local como parte fundamental da construção de uma comunidade mais unida e forte, reconhecendo as potencialidades e tradições presentes no território.
Ações comunitárias/ Mobilização de coletivos/ articulação de redes	Apoiar a formação de grupos de trocas de sementes, mudas e receitas.	Estabelecer vínculos e circulação de bens culturais e naturais.
Acões	Coordinar com coletivos locais caminhadas	Ativar o Windows Criar visibilidade comunitária para o tema e



4. Chegando ao final  
da Trilha: a síntese da  
experiência

Ativar o Windows

Uma perspectiva potente:  
redefinição dos equipamentos  
públicos municipais como  
infraestrutura social com lógica  
de funcionamento comunitário.

Participação, mobilização, aposta nas  
soluções coletivas, ousadia para pensar  
ações inovadoras e colaborativas são os  
ingredientes do trabalho social com  
famílias e territórios no âmbito do Paif.

*“Os ingredientes da paz são o pão e o amor”*  
(Josué de Castro)

Ponto central do TSFT: Criar  
formas para que a produção  
das teias comunitárias  
possa ocorrer

**Não existe uma receita pronta, as soluções devem nascer do território, das famílias e da articulação entre políticas públicas.** O trabalho social proposto é **coletivo, participativo e emancipador**, voltado à construção de **comunidades mais fortes, solidárias e livres da fome**.

Nosso agradecimento!

Gerência de Proteção Social Básica  
[gpsb@setades.es.gov.br](mailto:gpsb@setades.es.gov.br)  
3636-6840 / 6841



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria de Trabalho,  
Assistência e Desenvolvimento Social*